



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

Departamento de Licitação e Contratos

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2026 - CONCORRENCIA ELETRÔNICO N.º 04/2026

PROCESSO SEI N.º 3512100.407.00000061/2026-96

OBJETO: Contratação de uma empresa especializada para Recapeamento de Vias Públicas, nas Ruas Josefino da Rocha Ribeiro, Tiradentes e Wenceslau Brás, de um Convênio do Governo Federal - SINCONVI N.º CR 945-121 - Operação 1088215-74, do Ministério do Desenvolvimento Regional nesta cidade de Colômbia/SP.

VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 109.216,42 (cento e nove mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia **26/05/2026** às **09:00 hrs** (horário de Brasília) - **Conforme Portal LICITANET** <https://licitanet.com.br/>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço global

MODO DE DISPUTA: Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 24/2026 - CONCORRENCIA ELETRÔNICO N.º 04/2026

PROCESSO SEI N.º 3512100.407.00000061/2026-96

1. PREÂMBULO

1.1. Torna -se público que o Município de Colômbia, Estado de São Paulo, por meio do Departamento de Compras e Licitações, sediado na Rua Antônio Prado, 1161, Centro, Colômbia Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade **CONCORRENCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1.2. Processo com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Decreto Municipal nº 2.236, de fevereiro de 2024**, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

1.3. Link para acesso ao Decreto Municipal nº.2.236/2024: [Diário Oficial do Município - Colômbia - Edição 868 \(colombia.sp.gov.br\)](https://diariooficial.colombia.sp.gov.br/Edicao/868)

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de uma empresa especializada para Recapeamento de Vias Públicas, nas Ruas Josefino da Rocha Ribeiro, Tiradentes e Wenceslau Brás, de um Convênio do Governo Federal - SINCONVI Nº CR 945-121 - Operação 1088215-74, do Ministério do Desenvolvimento Regional nesta cidade de Colômbia/SP.

2.2. A licitação será dividida em um único grupo, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Memorial Descritivo, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2.3. o valor estimado para este processo licitatório é de R\$ 109.216,42 (cento e nove mil, duzentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos).

2.4. O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **Menor preço global**.

2.5. Prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**.

2.6. Considera -se não vantajosa para a Administração quando a contratação resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Para participar desta Concorrência, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras através do site <http://www.licitanet.com.br>.

3.2. O licitante responsabiliza -se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

a) A obtenção de benefícios a que se refere o item 3.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano -calendário de realização da licitação, **ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte**, devendo a licitante declaração apresentar declaração de observância desse limite na licitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

a) aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

b) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou

parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

g) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

h) agente público do órgão ou entidade licitante;

i) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

j) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

k) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o aliena “d” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem às alíneas “b” e “c” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam -se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto às alíneas “b” e “c” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o aliena “d” estende -se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Para participar desta licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema de Compras no site <http://www.licitanet.com.br>.

4.2. O credenciamento dar -se -á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência.

4.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Colômbia, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para

imediatamente o bloqueio de acesso.

4.6. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência.

4.7. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.11. A falsidade das declarações de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital, inclusive aquelas previstas no Código Penal Brasileiro.

4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.17. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.16 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. VISITA TÉCNICA

5.1. Para realização da visita técnica, de natureza facultativa, poderão os interessados dirigir -se à Prefeitura Municipal de Colômbia, localizada na Rua Antônio Prado, 1161 – Centro – Colômbia/SP, no período compreendido entre a data da publicação deste Edital e aquela prevista para a abertura da sessão pública, no horário compreendido entre 9 às 16 hs. Contato pelos fones 17-3335-8500, Engenheiro Alberto Wagner Thome.

5.2. Para as empresas que realizarem a visita técnica, será disponibilizada a Declaração de Vistoria Técnica, onde seu representante deverá declarar que conheceu o ambiente operacional da Prefeitura Municipal Colômbia e concorda com os termos do Memorial Descritivo.

a) A Declaração de Vistoria Técnica deverá ser anexada ao sistema juntamente com os documentos necessários para a habilitação.

5.3. A empresa que NÃO realizar a visita técnica, deverá apresentar declaração afirmando que as informações contidas no edital e seus anexos foram suficientes para que ela pudesse conhecer o objeto contratado e formular sua proposta de preço.

a) A Declaração de Não Realização de Vistoria Técnica deverá ser anexada ao sistema juntamente com os documentos necessários a habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

6.2. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

6.3. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Anexo Memorial Descritivo, prevalecerão às últimas.

6.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) Valor do item/Global

b) Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Memorial Descritivo;

6.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Memorial Descritivo, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas, pessoal, corpo técnico, corpo administrativo e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.11. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$50,00 (cinquenta reais)**.

7.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

a) A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **quinze minutos**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até **dez minutos**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

b) Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

c) No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

d) Não havendo pelo menos **três ofertas** nas condições definidas neste global, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

e) Após o término dos prazos estabelecidos no global anterior, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Em relação do global não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

a) Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

b) A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

c) Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

d) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de **disputa aberto e fechado**.

a) Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem: Caso haja empate real entre licitantes deverá ser observada, nesta ordem as seguintes regras de desempate:

A) A preferência da ME/EPP é empate ficto que não se confunde com o empate real devendo ser aplicado antes do empate regido por este item.

B) Disputa final como derradeira tentativa de desempate pelo critério menor preço;

C) Designação de nova sessão para a apresentação do envelope de desempate, que terá julgamento na forma das alíneas seguintes;

D) Os licitantes empatados na proposta de preço deverão demonstrar a contratação e efetiva execução junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 5 (cinco) anos atualizando o valor pelo INCC (no caso de obras) ou IPCA (nos demais casos) desde o dia do início da execução de cada contrato

até o dia anterior à entrega do envelope de desempate, sendo que o valor pecuniário superior será o critério de desempate;

E) Mantido o empate, será convocada nova sessão, para apresentação de contratação junto ao Poder Público, do mesmo objeto (ou similar), nos últimos 10 (dez) anos, observadas as mesmas regras de quantificação pecuniária do item anterior;

F) Caso persista o empate serão aplicados os critérios dos incisos III e IV e §1º, incisos I a IV do artigo 60;

G) Caso nenhum critério anterior seja suficiente para o desempate será realizado sorteio a critério do agente de contratação de licitação responsável pela licitação utilizando-se apenas do fator sorte.”

7.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

a) Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de a condicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

b) A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

c) A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

d) O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

e) O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos complementares descritos neste Edital, e outros eventualmente necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

f) É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido por **até 05 (cinco) dias corridos**, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.20. Cumprida essa etapa, passará ao julgamento da fase de habilitação.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e no edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

a) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

b) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

c) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o previsto edital.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- a) conter vícios insanáveis;
- b) não obedecer às especificações técnicas contidas no Memorial Descritivo;
- c) apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, inclusive quanto ao adimplemento de tributos e obrigações trabalhistas, quando exigido pela Administração;
- e) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de obras e serviços de engenharia, é indício de inexequibilidade das propostas com valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item 8.7 só será considerada após diligência do(a) agente de contratação que comprove:

- a) que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

b) Considera -se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.12. O(A) Agente de Contratação poderá desconsiderar erros meramente formais, desde que não resultem na necessidade de acostamento de novo documento, tanto na fase de habilitação, como na de análise das propostas de preço.

8.13. As propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total, procedendo -se às correções no caso de eventuais erros, tomando -se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.16. Na hipótese de o licitante ter a sua proposta recusada, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Portal de Compras <https://www.licitanet.com.br> através dos documentos de habilitação especificados deste edital.

9.2. O(A) Agente de contratação poderá consultar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

a) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

b) Poderá o(a) Agente de contratação solicitar documentação que comprove a situação disposta no registro cadastral apresentado, sob pena de desclassificação caso não seja atendido.

9.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

a) Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original (escaneado), ou por cópia autenticada digitalmente.

9.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração:

a) de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

b) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

c) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.6. A verificação pelo(a) agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em campo próprio, no prazo de 02 (DUAS HORAS), contado da solicitação do(a) agente de contratação.

9.8. Os licitantes classificados em 1º lugar deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir:

9.8.1. Habilitação Jurídica

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

b) Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor 2, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldomicroempreendedor.gov.br, ou;
- f) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede.

9.8.2. Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria -Geral da Fazenda Nacional, em vigor;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal referente ao ramo de atividade do objeto licitado, relativa ao domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, que deverá ser comprovada através da apresentação de Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Município.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor.

9.8.3. Econômico Financeira:

- a) **Certidão negativa judicial ou Certidão Negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou ainda, certidão de concessão ou de homologação de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente.
 - b) **Certidão Simplificada ou Contrato Social devidamente registrado na Junta Comercial, que comprove capital social no mínimo 10%** (dez por cento) do valor a ser licitado.
 - c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social;
 - d) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
 - e) Os documentos referidos limitar -se -ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- As sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.
 - Tratando -se de Microempresa ou Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar em conformidade com a legislação vigente aplicável à espécie;
 - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social devidamente publicados na imprensa oficial, tratando -se de sociedades por ações.

- A comprovação da boa situação financeira da empresa a ser avaliada de forma objetiva pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

ÍNDICES MINIMOS ACEITÁVEIS:
a) ILC – Índices de Liquidez Corrente \geq a 1,0
b) ILG – Índices de Liquidez Geral \geq a 1,0
c) IEG – Índices de Endividamento Geral \leq 1,0

FÓRMULAS PARA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE FINANCEIRA		
Nº	DENOMINAÇÃO	FÓRMULA
1	Liquidez Corrente	ILC = (AC/PC)
2	Liquidez Geral	ILG = (AC+ARLP) / (PC+PELP)
4	Endividamento Geral	IEG = (PC+PELP) / AT
Identificação dos Termos das Fórmulas		
AC	Ativo Circulante	
ARLP	Ativo Realizável a Longo Prazo	
AP	Ativo Permanente	
PC	Passivo Circulante	
PELP	Passivo Exigível a Longo Prazo	
PL	Patrimonio Líquido	
NOTAS		
Os índices de liquidez medem a capacidade que a licitante tem em saldar seus compromissos a curto e longo prazo. O índice de endividamento geral serve para determinar o percentual de capital próprio e de terceiros que formam o balanço.		
Para contratação de obras e serviços na Prefeitura Municipal de Colômbia através de Licitação, fica padronizada a exigência dos coeficientes desta planilha.		
Os cálculos deverão ser apresentados em folha anexa ao balanço e assinada por profissional contábil devidamente habilitado (a)		

- f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.8.4. Qualificação técnico -operacional

- a) Apresentar Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único.

b) Comprovar de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado.

c) Apresentar de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme elencado abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE EXIGIDA - § 1º DO ART. 67, 14.133/2021
103689 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA M2 2,88 GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M ²	2,88
PINLIG - EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C, INCLUSO VARRIÇÃO	M ²	1.791,21
100986 – CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	53,73
935960 – TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M ³ x KM	2.310,39
95995 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M ³	53,73

9.8.5. Qualificação técnico - profissional:

a) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e seus anexos, expedida(s) pelo CREA ou CAU, do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica, comprovando a execução de serviços de características semelhantes de complexidade tecnológica e operacional equivalentes ou superiores às constantes a adiante, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, ou ainda, para empresa privada.

b) O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica deverá(ão) fazer parte do quadro permanente da empresa Licitante na data de apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação.

c) A comprovação de vínculo deste profissional pode se dar mediante contrato social ou registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho ou contrato de prestação de serviços. O contrato de prestação de serviços mencionado no “caput” desta letra “c” deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos. Este registro só será exigido da licitante a qual for adjudicado o contrato para a execução das obras e/ou serviços objeto do Edital, como condição de assinatura do termo de contrato.

d) O(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) de responsabilidade técnica que possibilitou(aram) a

habilitação do Licitante deverá(ão) atuar(em) como Responsável(is) Técnico(s) na execução do contrato. Além desse(s), o Licitante poderá indicar outro(s) profissional(is) para atuar(em) como Responsável(is) Técnico(s).

e) O(s) responsável(is) técnico(s) deverão ser, necessariamente, engenheiro(s) ou arquiteto(s) em número suficiente de profissionais com habilitação legal em cada especialidade que compõe o escopo principal da futura contratação - o(s) qual(is) apresentará(ão) Declaração Individual de Responsável Técnico, autorizando sua(s) indicação(ões).

f) **Atestado(s) de Capacidade Técnica Profissional:** A licitante deverá comprovar que possui em seu quadro técnico profissional(is) legalmente habilitado(s), detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA, comprovando experiência na execução de obra(s) de engenharia compatível(is) com o objeto licitado, especialmente em: execução de pavimentação asfáltica; obras de recapeamento ou revestimento betuminoso de vias públicas; serviços de aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ). O profissional indicado deverá: possuir vínculo com a licitante na data da contratação, a ser comprovado na forma prevista no edital; ser indicado como responsável técnico pela execução da obra.

9.8.6. Garantia da proposta:

a) A licitante deverá prestar garantia de proposta de **1% (um por cento)** do valor estimado da licitação.

b) A garantia da proposta deverá ser prestado em uma das formas descritas no § 1º do artigo 96 da Lei nº14.133/2021.

9.8.7. Declarações:

a) Declaração que atenda aos pontos elencados conforme modelo constante neste Edital (ANEXO VII).

9.9. Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente. Nas certidões solicitadas será considerado o prazo de validade constante no documento ou o previsto em lei, e na sua ausência, quando emitidas no máximo até 180 (cento e oitenta) dias anteriores a data limite para o recebimento das propostas.

9.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. A Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa aos Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive o INSS e a Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, deverão estar em nome da matriz.

9.11. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

a) Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa

b) A não -regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir -se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.13. Para analisar os documentos exigidos, o(a) agente de contratação poderá suspender a sessão,

informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, o(a) agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo -lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. O(a) agente de contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. As provas de regularidade deverão ser feitas por Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

9.19. Constituem motivos para inabilitação do licitante:

a) A não apresentação da documentação exigida para habilitação.

b) A apresentação de documentos com prazo de validade vencido; (exceto para empresas devidamente enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/06)

c) A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

d) O não cumprimento dos requisitos de habilitação.

9.20. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 9.8**.

9.21. Atendidas as condições estabelecidas em Edital, o licitante será declarado habilitado.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão; durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

a) Será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos para manifestação da intenção.

10.3. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a

vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado.

c) Quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente.

d) Quanto o licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006.

11.2. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

a) A critério da Administração a convocação poderá ser realizada também através dos Diários Oficiais.

12. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

12.1. Na ausência de recurso, caberá ao(a) agente de contratação encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor sua adjudicação e homologação.

12.2. O resultado da Concorrência será divulgado no Diário Oficial do Município de Colômbia, www.imprensaoficialmunicipal.com.br/colombia

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. O proponente vencedor deverá aceitar/assinar o Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do comunicado do resultado desta CONCORRÊNCIA, que será publicado no Diário Oficial do Município de Colômbia, Estado de São Paulo.

a) O prazo concedido para assinatura/aceitação do Pedido de Compras e/ou instrumento equivalente ou formalização do Contrato, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, pela parte, e desde que motivo justificado e aceito pela Administração.

13.2. Pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no item 13.1, a PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBIA aplicará multa de 10% (dez por cento) do valor do ajuste, sem prejuízo das demais cominações previstas em lei.

13.3. Implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155, da Lei Federal nº 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação:

a) Quando o convocado não assinar ou não aceitar o termo de contrato ou o pedido de compra no prazo e condições acima referenciados no item 13.1.

b) Quando as microempresas e empresas de pequeno porte não regularizarem a documentação, no prazo

previsto no subitem 9.12 deste Edital.

13.4. O prazo de execução de acordo com o cronograma será de 12 (doze) meses contados a partir da emissão da ordem de início de serviços pela Requerente.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Para assegurar o integral cumprimento das obrigações contratuais, o licitante vencedor deverá apresentar garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento, nas seguintes modalidades (art. 96, §1º, Lei 14.133/2021):

I — caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II — seguro-garantia; ou

III — fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País.

14.2. A garantia deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e ser renovada a cada prorrogação, devendo ser reforçada no prazo de 10 (dez) dias nos casos de acréscimo do valor contratual (art. 96, §4º, da Lei 14.133/2021).

14.3. A garantia será liberada ou restituída após o recebimento definitivo do objeto, deduzidos eventuais valores de multas e indenizações devidas pela CONTRATADA.

14.4. No caso de garantia na modalidade seguro-garantia, o prazo de vigência deverá ser superior ao prazo contratual em no mínimo 3 (três) meses.

14.5. A não prestação de garantia no prazo fixado sujeitará a CONTRATADA à aplicação das sanções previstas neste Edital, podendo ensejar a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.

15. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será realizado conforme medição de acordo com cronograma de execução de obras em anexo e pagamento em até 30 dias da emissão da nota fiscal assinada pelo fiscal de contrato e a medição em anexo.

15.2. Para liberação dos pagamentos deverá a CONTRATADA apresentar:

a) A respectiva Nota Fiscal Eletrônica efetivando -se após o recebimento e aprovação do Setor Requerente, com as discriminações de dados bancários, quantidade, nome comercial, preço unitário, preço total e nº do Código do Lote/Item na Prefeitura de Colômbia (igual ao da Nota de Empenho);

b) O Município de Colômbia/SP efetuará a retenção dos impostos eventualmente incidentes sobre o valor do bem/serviço, conforme previsto e na Instrução Normativa RFB n ° 1234/2012 e suas posteriores alterações.

c) Caberá à Contratada destacar na Nota Fiscal os tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem/serviço objeto do Edital, nos termos previstos na Instrução Normativa RFB n ° 1234/2012 e suas posteriores alterações.

15.3. O pagamento somente será efetuado mediante autorização/aprovação dos responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato.

15.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.5. Em caso de devolução da nota fiscal/fatura para correção, o prazo para pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

15.6. O pagamento será efetuado via eletrônica, somente no horário bancário.

15.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

a) Constatando -se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente

sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

b) Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

c) Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

d) Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

15.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

15.10. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante.

15.11. Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos deverão ser apresentados à Administração Pública Municipal acompanhados de todos os subsídios necessários à sua análise. (art. 146, e seguintes do Decreto Municipal n. 2.236/2024).

16. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

16.1. Os preços contratados poderão ser reajustados, após decorridos 12 (doze) meses da data-base do orçamento que serviu de referência à licitação (data-base: dezembro/2025 — SINAPI), com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção — INCC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), ou outro índice setorial que vier a substituí-lo, vedada a inclusão de antecipação inflacionária.

16.2. O reajuste deverá ser solicitado pela CONTRATADA antes do encerramento do prazo de vigência contratual, sendo que a inércia da CONTRATADA implica renúncia ao direito.

16.3. É vedada a concessão de reajuste em prazo inferior a 12 (doze) meses, salvo nas hipóteses previstas no art. 92, §4º, da Lei nº 14.133/2021 (reequilíbrio econômico-financeiro).

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. As despesas decorrentes do presente processo licitatório correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes abaixo com as seguintes codificações

Ficha nº 557 – Órgão/Unidade: 02.011 – Obras e serviços municipais – Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

Ficha nº 559 – Órgão/Unidade: 02.011 – Obras e serviços municipais – Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

17.2. As despesas com as prorrogações, se houverem, correrão por conta das dotações próprias da execução orçamentária de cada ano.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES EXECUÇÃO DO SERVIÇO

18.1. A empresa vencedora deverá cumprir, rigorosamente, os prazos fixados no Memorial Descrito os demais prazos ajustados de comum acordo entre as partes, para desenvolvimento dos trabalhos.

18.2. O objeto deverá ser executado conforme especificações constantes no Memorial Descritivo, que faz parte integrante do presente Edital.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

19.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor(es) designado(s) pela CONTRATANTE, na forma do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, doravante denominado(s) FISCAL DO CONTRATO.

19.2. O FISCAL DO CONTRATO será o Engenheiro Civil Alberto Wagner Thomé (Departamento de Engenharia), ou servidor formalmente designado em substituição, com as seguintes atribuições:

- a) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- b) Determinar a regularização de faltas e defeitos observados;
- c) Emitir o atesto nas notas fiscais/faturas como condição para pagamento;
- d) Receber provisória e definitivamente o objeto contratado;
- e) Comunicar à autoridade superior eventuais irregularidades de maior gravidade.

19.3. O GESTOR DO CONTRATO, servidor distinto do fiscal quando possível, será responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa, setorial e pelo encaminhamento das demandas à autoridade competente.

19.4. A CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE durante toda a execução do contrato, conforme art. 118 da Lei nº 14.133/2021, para representá-la na execução.

19.5. O recebimento provisório ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a comunicação escrita da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços. O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

19.6. O atestado de execução para fins de acervo técnico (CAT) somente será fornecido após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1 Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art.155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa: *A multa moratória é a sanção pecuniária que será imposta à contratada que entregar o objeto ou executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:*

I - 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

II - 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

III - 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

IV - Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deve notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la.

V - 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas. (Conforme o Decreto Municipal n. 2.236/2024).

20.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

20.4 Todas as sanções previstas neste Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventual mente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

20.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

20.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

20.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

20.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

21.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, exclusivamente pelo Portal LICITANET, disponível no endereço <https://licitanet.com.br/>, no prazo estabelecido neste Edital.

21.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

a) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

21.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Memorial Descritivo e na minuta de contrato.

22. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

22.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência dos atos licitatórios e eventual execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto do certame, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

22.2. Os licitantes comprometem-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da eventual execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

22.3. O tratamento é limitado às atividades necessárias para o alcance das finalidades do serviço a ser contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição do Município de Colômbia.

22.4. As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais,

morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

22.5. Em atendimento ao disposto na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Município de Colômbia, para os atos licitatórios e para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação e que estes dados poderão ser disponibilizados no portal da transparência do município de Colômbia.

22.6. As licitantes declaram que têm ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

22.7. A futura CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

23. DOS REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

23.1. . Em conformidade com o art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021 e com a IN SLTI/MPOG nº 01/2010, a CONTRATADA deverá:

- a) Comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, mediante apresentação de Declaração no ato da assinatura do contrato;
- b) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) da ABNT sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento;
- c) No caso de uso de madeira, comprovar origem legal mediante Documento de Origem Florestal (DOF — IN IBAMA nº 112/2006 e IN nº 187/2008);
- d) Apresentar Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do IBAMA, em nome do fabricante dos produtos aplicados;
- e) Utilizar materiais constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;
- f) Observar os requisitos ambientais para obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental;
- g) Acondicionar materiais em embalagens com menor volume possível, utilizando materiais recicláveis;
- h) Não utilizar materiais com substâncias perigosas acima do limite da Diretiva RoHS (Hg, Pb, Cr(VI), Cd, PBBs, PBDEs).

23.2.. O descumprimento das obrigações ambientais poderá ensejar as sanções previstas no item 20 deste Edital.

24. SUBCONTRATAÇÃO

24.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. A ata da sessão pública será disponibilizada no sistema eletrônico após a realização do certame.

25.2. Caso não haja expediente ou ocorra fato superveniente que inviabilize a realização do certame na data prevista, a sessão será transferida automaticamente para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo horário, salvo comunicação expressa em contrário pelo Agente de Contratação.

25.3. Todos os prazos e horários indicados neste Edital, no aviso de licitação e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília – DF.

25.4. A homologação do resultado da licitação não gera, por si só, direito à contratação.

25.5. As normas que disciplinam esta licitação serão interpretadas de forma a ampliar a competição entre os interessados, desde que não haja comprometimento do interesse público, do princípio da isonomia, da finalidade da contratação ou da segurança jurídica do processo.

25.6. Cada licitante é integralmente responsável pelos custos de elaboração e apresentação de sua proposta, não cabendo à Administração qualquer ressarcimento, independentemente do resultado do certame.

25.7. Na contagem dos prazos fixados neste Edital e em seus Anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos somente correm em dias de efetivo expediente na Administração Pública Municipal.

25.8. O descumprimento de exigências meramente formais, sem caráter essencial, não acarretará a desclassificação do licitante, desde que o ato possa ser aproveitado sem prejuízo à isonomia e ao interesse público.

25.9. Em caso de conflito entre as disposições deste Edital e as de seus Anexos ou demais peças do processo, prevalecerão as normas do Edital.

25.10. A publicidade deste Edital será promovida pelos seguintes meios:

a) publicação e manutenção do inteiro teor do Edital e de todos os seus Anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.pncp.gov.br), a partir da data de divulgação do certame;

b) publicação de extrato no Diário Oficial do Município de Colômbia (www.imprensaoficialmunicipal.com.br/colombia); e

c) disponibilização no sítio eletrônico oficial do Município (www.colombia.sp.gov.br/licitacao).

25.10.1. Todos os elementos integrantes deste Edital — incluindo a minuta de contrato (Anexo X), projetos e demais Anexos — serão divulgados simultaneamente no PNCP, sem exigência de cadastro ou identificação prévia para acesso, em conformidade com o art. 25, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

25.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I – ESTUDO TECNICO PRELIMINAR – ETP

ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTARIA

ANEXO IV – CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

ANEXO V – PROJETO

ANEXO VI – MODELO DE PROPOSTA

ANEXO VII – DECLARAÇÃO UNIFICADA

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EPP/ME

ANEXO IX - DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

ANEXO X - MINUTA CONTRATUAL

Colômbia, na data da assinatura digital.

PREFEITO MUNICIPAL
ORDENADOR DE DESPESA



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar dos Santos, Prefeito Municipal**, em 06/05/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#) e [Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/barretos/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0202131** e o código CRC **BBF109C1**.

Referência: Processo nº 3512100.407.00000061/2026-96

SEI nº 0202131



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Processo Administrativo nº_/2026

1. ÁREA REQUISITANTE

1.1. O presente Estudo Técnico Preliminar foi requisitado pela Superintendência Municipal de Obras.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DE AQUISIÇÃO

2.1. O Município de Colômbia-SP, localiza-se no extremo norte do estado de São Paulo, distante da capital paulista 465 km, faz divisa com o Estado de Minas Gerais, tendo como marco desta divisa os rios Pardo e Grande. Possui uma população estimada em 6.203 habitantes, e uma extensa área territorial (703,29 km²) e uma densidade populacional de 8,51 Km². O IDH (índice de Desenvolvimento humano) é considerado médio e é de 0,710. O trecho que receberá recapeamento trata-se de vias urbanas neste Município, que por muito tempo, não recebe uma manutenção, devido ao Município, sofrer bastante com as crises financeiras e não dispor de recursos próprios para essa intervenção estrutural nas vias públicas. A execução da obra de Recapeamento Asfáltico será executada através de convenio do governo federal, onde na primeira licitação, a empresa vencedora deu uma proposta com um desconto considerável, portanto, assim restando um saldo considerável. Os representantes do convenio, nos apresentou 02 situações em relação ao repasse, segundo, as quais, ou faríamos uma reprogramação de metas, ou devolveríamos o restante do repasse, que sobrou da primeira licitação, cuja empresa já está contratada. O gestor municipal representado pelo Prefeito Municipal Júlio Cesar dos Santos, resolveu, por bem, aproveitar este restante de repasse, para executar mais recapeamentos de outras ruas deficitárias na cidade. E assim faremos portanto, pois, é fundamental para que o projeto atinja sua finalidade, que é promover e melhorar o acesso aos meios de transportes e locomoção dos Municípes, visando assim, melhorar a qualidade de vida da população, promovendo assim o desenvolvimento regional, permitindo, que esse Recapeamento das Ruas no Município, proporcione ao Munícipe, um local, com Ruas e Avenidas seguras, com acessibilidade, confortável, para levar sua família, e ter momentos mais felizes em nossas vidas de um cidadão Colômbiense e Paulista com orgulho.

2.2. Conforme justificativa apresentada junto ao Governo do Estado de São Paulo:

A obra de Recapeamento das Vias Públicas – (Ruas, as quais descrevo abaixo), do Departamento de Obras e Serviços Urbanos, no Município de Colômbia, sendo que nesta obra, será executado o Recapeamento da pista de rolamento das Ruas designadas, com massa asfáltica. Pois necessita urgentemente de um recapeamento geral, por apresentar-se em mau estado de conservação, devido a degradação natural ao passar dos tempos, nas pistas.

A execução da obra de Recapeamento Asfáltico é fundamental para que o projeto atinja sua finalidade, que é promover e melhorar o acesso aos meios de transportes e locomoção dos Municípes, visando assim, melhorar a qualidade de vida da população, promovendo assim o desenvolvimento regional, permitindo, que esse Recapeamento das Ruas no Município, proporcione ao Munícipe, um local, com Ruas e Avenidas seguras, com acessibilidade, confortável, para levar sua família, e ter momentos mais felizes em nossas vidas de um cidadão Colômbiense e Paulista com orgulho.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1 Embora não tenha sido elaborado um Plano Anual de Contratações (PAC), a presente iniciativa de contratação fundamenta-se em antigo pleito do Governo Municipal junto ao Governo Federal, para que fosse possível a realização da obra, estando, de certa forma, dentro do planejamento orçamentário realizado.



4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para contratação da presente solução, os seguintes requisitos se fazem necessários:

4.2. Local de execução dos serviços, a saber, Recapeamento das seguintes Ruas que descrevo a seguir:

ÁREAS TOTAIS A SEREM RECAPEADAS = 1.791,21 M²:

- RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO (ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA) = 469,80 M²

- RUA TIRADENTES (ENTRE AS RUAS WENCESLAU BRÁS E ANTONIO PRADO) = 422,79 M²

- RUA WENCESLAU BRÁS (ENTRE AS RUAS TIRADENTES E GOIÁS) = 898,62; perfazendo um total acima de áreas de Ruas a serem recapeadas no Município de Colômbia

4.3. A empresa contratada deverá ser capaz de entregar os materiais e serviços descritos, conforme o Projeto Básico, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, substituindo e corrigindo os defeitos ou incorreções eventuais dos materiais entregues e dos serviços prestados.

4.4. Executar os serviços e utilizar os materiais de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada.

4.5. Apresentar metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes.

4.6. Apresentar orçamento e cronograma físico financeiro conforme o prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas.

4.7. Apresentar Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CONFEA, artigo 4º, parágrafo único.

4.8. Comprovar de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de pelo menos uma obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado.

4.9. Apresentar de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme elencado abaixo:

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE EXIGIDA – §1º DO ART.67, 14133/2021
103689 – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS	M ²	2,88
PINLIG - EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C, INCLUSO VARRIÇÃO	M ²	1.791,21
100986 – CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M ³ (UNIDADE: M3). AF_07/2020	M ³	53,73



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



935960 – TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M ³ , EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020	M3XKM	2.310,39
95995 - EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M ³	53,73

4.10. Atender as cláusulas e condições para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação.

4.11. O critério de julgamento das propostas será o de menor preço global e as regras serão aquelas previstas no Edital e no Projeto Básico da Contratação e seus anexos.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

5.1. Os quantitativos e especificações a serem contratados constam no Projeto Executivo, Projetos Complementares e Memorial Descritivo, anexo a este documento.

6. LEVANTAMENTO DO MERCADO

6.1. É sabido que a Administração Pública pode alcançar o resultado desejado por meio da Execução Direta ou da Execução Indireta. No caso da Execução Direta do objeto pretendido, ocorre quando a própria Administração Pública, através de seus próprios recursos, isto é, seus próprios órgãos e entidades, realiza o serviço desejado. Para que essa modalidade de execução seja configurada, a Administração Pública deve, de fato, possuir todos os meios necessários para alcançar o objetivo, ou seja, deve dispor da estrutura completa, expertise técnica, pessoal, etc., para concluir os serviços desejados. Caso contrário, não se configurará essa situação, exigindo a contratação de terceiros para a execução, respeitando as disposições relacionadas ao processo licitatório. Por outro lado, a Execução Indireta ocorre quando a Administração Pública, para atingir seu objetivo, precisa contratar terceiros para realizar o serviço necessário ou fornecer o produto desejado. Essa modalidade de execução do objeto contratado se manifesta por meio de diferentes formas: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa e empreitada integral.

6.2 Contudo, levando em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta é a realização da contratação via modalidade de licitação “CONCORRÊNCIA”.

6.3 A escolha da modalidade “Concorrência” se justifica pela ampla publicidade na contratação da empresa que irá executar os serviços previstos, mas também pela possibilidade de atestar previamente que as empresas interessadas em participar do certame possuem os requisitos mínimo de qualificação exigidos para execução do objeto a ser licitado, contido na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

6.4 A Concorrência caracteriza-se como modalidade de licitação, sendo definida no art.28, inciso II, pela Lei n.14.133/2021, como adequada para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns de engenharia. Na concorrência a disputa de preços acontece entre quaisquer interessados, desde que comprovem preencher os requisitos de qualificação nos termos exigidos pelo edital.

6.5 A nova lei de licitações em seu art.29, determina que a concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum, ou seja, possuem as fases: preparatória, de divulgação de edital de licitação, de apresentação de propostas e lances, quando for o caso, de julgamento, de habilitação, recursal e de homologação.

6.6 A contratação em tela busca a execução da obra de Recapeamento Asfáltico das vias públicas, em questão. Assim, o Instituto

 /PREFEITURADECOLOMBIA

FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO

WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica OT-IBR 002/2009 define obra como:

Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme disposto na Lei Federal n.5.194/66.

Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual.

Ampliar: produzir aumento na área construída de uma edificação ou de quaisquer dimensões de uma obra que já exista.

6.7 Como se verifica o objeto da presente contratação caracteriza-se como reforma e ampliação, pois a sua execução acarretará em alteração significativa do espaço, de modo que a modalidade adequada para o processamento da Concorrência.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. Com base na pesquisa realizada, conforme documentos anexos, se verificou que o valor estimado é de **R\$ 109.216,42 (Cento e Nove Mil e Duzentos e Dezesesseis Reais e Quarenta e Dois centavos)**.

7.2. A referência para os valores máximos aceitáveis foi baseada na tabela SINAPI - DATA BASE 12-25 (N DES.), de acordo com o que prescreve o §3º do art.48, do Decreto Municipal nº.2236/2024.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. Essa contratação consiste na execução de procedimentos de reforma de ambientes cujas metodologias são padronizadas no mercado, existindo uma variedade de metodologias de trabalho que mereçam destaque e/ou análise prévia à contratação. Além disso tal processo de pleito é regido por protocolos técnicos consolidados nas legislações pertinentes, propiciando transparência e legalidade ao rito.

8.2. Integram a melhor solução os serviços descritos no Projeto executivo, Projetos complementares e Memorial Descritivo.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. O parcelamento deve ocorrer sempre que for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

9.2. O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que assim o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

9.3. Ressalte-se que em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

9.4. Assim, para execução de obras de reforma e ampliação, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresas de mesmo ramo de atividade.

10.5. Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração e por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1. Com a adoção da solução se espera além da recuperação das áreas e partes danificadas das vias públicas, pela ação do tempo e decorrentes da própria idade dessas Vias, visando assim, melhorar a qualidade de vida da população, promovendo assim o desenvolvimento regional, permitindo, que esse Recapeamento das Ruas no Município, proporcione ao Município, um local, com Ruas e Avenidas seguras, com acessibilidade, confortável, para levar sua família, e ter momentos mais felizes em



FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO

WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



nossas vidas de um cidadão Colômbiense e Paulista com orgulho.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

11.1. A fiscalização da obra será realizada pelo engenheiro indicado, não sendo necessário a contratação de profissional para auxiliar na fiscalização.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1. Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS TRATAMENTOS

13.1. A Contratada deverá comprometer-se com a Sustentabilidade Ambiental, nos termos das exigências impostas pela IN nº 01/2010, mediante apresentação de Declaração, no ato da assinatura do contrato.

13.2. A Contratada deverá, ainda, respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e seu adequado gerenciamento.

13.3. No caso de uso de madeira, esta deverá ser de reserva ambiental autorizada pelo IBAMA, (ter Documento de Origem Florestal - DOF, conforme IN nº 112 de 2006 e orientações da Instrução Normativa nº 187 de 2008, ambas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis);

13.4. A Contratada deverá dispor e apresentar o Certificado de regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em nome do fabricante dos produtos ofertados.

13.5. Os materiais aplicados deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

13.6. No que couber, deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

13.7. No que couber, os materiais utilizados deverão ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Os materiais aplicados não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva

RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil polibromados (PBDEs).

14. VISTORIA

14.1 A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas.

14.2 Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

14.3 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

14.4 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

14.5 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. O presente estudo evidencia que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

16. RESPONSÁVEL

16.1. Conforme Documentação de Formalização de Demanda, o estudo foi elaborado pelo engenheiro civil Alberto Wagner Thomé, do Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Colômbia., com redação técnica e padronizada conforme prática administrativa e aderente à Lei nº 14.133/2021:

17. JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

17.1. Habilitação Jurídica

Para fins de comprovação da existência legal e da capacidade de assumir obrigações contratuais, serão exigidos dos licitantes os documentos relativos à habilitação jurídica, nos termos dos arts. 62 a 66 da Lei nº 14.133/2021, compreendendo:

- I – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado;
- II – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- III – Documentos de eleição ou designação dos administradores, quando aplicável.

Justificativa:

A exigência visa assegurar que apenas empresas legalmente constituídas e aptas participem do certame, garantindo segurança jurídica à Administração Pública.

17.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista

Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos:

- I – Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, incluindo Dívida Ativa da União;
- II – Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- III – Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- IV – Certificado de Regularidade do FGTS;
- V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Justificativa:

Tais exigências asseguram que a empresa contratada esteja em conformidade com suas obrigações fiscais e trabalhistas, mitigando riscos de responsabilização subsidiária da Administração.

17.3. Qualificação Técnica

Permanece válida a exigência constante no item 4 deste ETP, incluindo:

- Registro ou inscrição no CREA/CAU;
- Certidões de acervo técnico (CAT);



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



- Atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto licitado.

Justificativa:

Considerando tratar-se de obra de engenharia (recapeamento asfáltico), tais exigências são indispensáveis para garantir a adequada execução dos serviços, conforme normas técnicas vigentes.

17.4. Qualificação Econômico-Financeira

Para fins de comprovação da capacidade econômico-financeira, deverão ser exigidos:

- I – Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- II – Certidão negativa de falência ou recuperação judicial;
- III – Índices contábeis mínimos, conforme definido em edital.

Justificativa:

Visa assegurar que a empresa possui condições financeiras para executar o objeto contratado sem risco de paralisação da obra.

18. ATUALIZAÇÃO DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

Considerando que o orçamento estimado foi elaborado com base na tabela SINAPI (data-base 12/2025), e diante da defasagem temporal até a presente data, **deverá ser realizada a atualização das planilhas orçamentárias previamente à publicação do edital.**

Fundamentação:

Art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Justificativa:

A atualização visa:

- Assegurar compatibilidade com os preços de mercado;
- Evitar sobrepreço ou inexecutabilidade;
- Garantir maior competitividade no certame;
- Atender às exigências de convênios com recursos federais.

Após estas considerações, esclareço que a planilha orçamentária baseada na tabela SINAPI, na realidade é data-base 12/2025, e o que ocorreu foi um erro de digitação, o qual já foi devidamente corrigido, e a planilha orçamentária está apta, para ser licitada.

19. GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Previsão

Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser exigida garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

19.2. Exigência

Para a presente contratação, **será exigida garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.**

19.3. Justificativa



FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO
WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



A exigência de garantia se justifica em razão de:

- Trata-se de obra de engenharia de média complexidade;
- Envolve recursos provenientes de repasse federal (Ministério das Cidades);
- Necessidade de resguardar a Administração contra inadimplemento contratual;
- Mitigação de riscos de execução inadequada ou abandono da obra.

19.4. Modalidades

A garantia poderá ser apresentada nas seguintes modalidades:

- I – Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- II – Seguro-garantia;
- III – Fiança bancária.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente complementação ao Estudo Técnico Preliminar demonstra que:

- As exigências de habilitação são adequadas, proporcionais e necessárias ao objeto;
- A atualização orçamentária é medida indispensável para garantir a vantajosidade da contratação;
- A exigência de garantia contratual mostra-se pertinente diante dos riscos envolvidos;
- Todas as medidas estão em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

Colômbia, 31 de Março de 2026.

ALBERTO
WAGNER
THOME:138663
99820

Assinado de forma digital por
ALBERTO WAGNER
THOME:13866399820
Dados: 2026.03.31 09:09:55 -03'00'

ALBERTO WAGNER THOMÉ
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
ENGENHEIRO CIVIL
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



MEMORIAL DESCRITIVO

MEMORIAL DESCRITIVO DOS PROCEDIMENTOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO TIPO CBUQ DAS RUAS: - RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO (ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA), RUA TIRADENTES (ENTRE AS RUAS WENCESLAU BRÁS E ANTONIO PRADO), - RUA WENCESLAU BRÁS (ENTRE AS RUAS TIRADENTES E GOIÁS)

1 - OBSERVAÇÕES PRELIMINARES.

É de responsabilidade da CONTRATADA, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se nos projetos básicos fornecidos bem como nos respectivos memoriais descritivos, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como responsabilizar-se pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo, etc., os seus respectivos proprietários.

Todas as instalações deverão ser tanto quanto possível embutidas, desde que não indicadas nos projetos fornecidos.

TODOS OS DANOS CAUSADOS A TERCEIROS PELA CONTRATADA, DEVERÃO SER REPARADOS ÀS CUSTAS DA MESMA.

O atestado de execução da obra, para fins de acervo técnico só será fornecido após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo.

1.1 - Observações Gerais.

O presente memorial descritivo de procedimentos estabelece as condições técnicas mínimas a serem obedecidas na execução das obras e serviços acima citados, fixando os parâmetros mínimos a serem atendidos para materiais, serviços e equipamentos, e constituirão parte integrante dos contratos de obras e serviços.

Todas as obras e serviços deverão ser executados rigorosamente em consonância com os projetos básicos fornecidos, com as prescrições contidas no presente memorial e demais memoriais específicos de projetos fornecidos, com as técnicas da **ABNT**, outras normas abaixo citadas em cada caso particular ou suas sucessoras e Legislações Federal, Estadual, Municipal vigentes e pertinentes.

Os projetos básicos fornecidos incompletos, ou desatualizados, necessários à execução do objeto da licitação, bem como outros projetos básicos não fornecidos ou os detalhes que não constarem dos projetos, das especificações fornecidas, deverão ser elaborados, alterados ou modificados pela **CONTRATADA** após esclarecidas antecipadamente todas as dúvidas juntamente com a **FISCALIZAÇÃO, com os projetistas e ou seus prepostos**, que deverá aprová-los, quando da execução das obras e ou serviços, sendo que o original em papel vegetal 90/95 e em CD em ACAD em versões compatíveis no mercado, deverá ser entregue no **Setor de Engenharia do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**, antes do início das obras e serviços, bem como todas as modificações executadas no decorrer até o final da obra deverão ser cadastradas e ou alteradas pela **CONTRATADA**, e fornecidos os originais "as built" à **FISCALIZAÇÃO - Setor de Engenharia do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**, quando do recebimento provisório.

Nos casos em que este memorial especifica a necessidade de elaboração pela **CONTRATADA** de projetos de fabricação e ou detalhamento, tais projetos deverão ser apresentados levando em conta a programação dos trabalhos, bem como o tempo necessário para estudos, aprovação e eventuais ajustes.

A execução, bem como os novos projetos, os projetos de complementações, alterações, cadastramentos, etc. deverão ser registrados no **CREA**, através de ART específica para cada caso.

Todas as obras e serviços a serem subempreitados, desde que com autorização prévia da **Setor de Engenharia do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**, deverão ter **ART** em separado da execução total da obra, tendo como contratante a proponente ou **CONTRATADA**, e que deverá ser entregue uma cópia na **Diretoria de Obras** para fins de arquivo.

Quando não houver descrição do tipo de serviço a ser executado, o material ou equipamento a ser utilizado, seguir orientação da **FISCALIZAÇÃO** e dos respectivos projetistas de cada área em questão.

A empresa deverá apresentar atestado técnico, que comprove a capacidade técnica da empresa de executar a obra em questão, de no mínimo um total maior que os itens explicitado na obra em questão.

  /PREFEITURADECOLOMBIA

FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO

WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



1.2 - Objeto da Contratação.

1.2.1 - Recapeamento Dos seguintes trechos a seguir:

ÁREAS TOTAIS A SEREM RECAPEADAS = 1.791,21 M²:

- RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO (ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA) = 469,80 M²

- RUA TIRADENTES (ENTRE AS RUAS WENCESLAU BRÁS E ANTONIO PRADO) = 422,79 M²

- RUA WENCESLAU BRÁS (ENTRE AS RUAS TIRADENTES E GOIÁS) = 898,62; perfazendo um total acima de áreas de Ruas a serem recapeadas no Município de Colômbia

Município de Colômbia, Serviços Urbanos, sendo que nesta etapa os principais serviços serão: Execução de Recapeamento Asfáltico, aproximadamente 1.791,21 m² de área, com uma largura média que varia de 8,50m, definidas no projeto, em anexo; com Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), de 3,0cm de espessura, de volume 53,73 m³, sendo varrido e após imprimação betuminosa ligante CM 30 de área 1.791,21 m², sendo selado com rolo liso e de pneu, adequado, e ou outros equipamentos, que melhor se adequam a este serviço, de acordo com as normas técnicas vigentes.

SEGUE DESCRIMINAÇÃO BÁSICA DE OBRAS E SERVIÇOS:

1.2.1.1 - Elaboração das possíveis alterações e atualizações de projetos básicos fornecidos.

1.2.1.2 - Instalação do Canteiro de Obras e serviços, caso necessário.

1.2.1.3 - Execução das obras e serviços e pagamentos das taxas necessárias às interligações com as redes públicas, caso necessárias.

1.2.1.4 - Anotação e pagamento das ART's necessárias, caso haja necessidade.

1.2.1.5 - Execução dos serviços topográficos, caso necessários ao acompanhamento das obras e serviços.

1.2.1.6 - Execução de todas as estruturas em concreto armado convencional, e alvenarias conforme projeto básico fornecido.

1.2.1.7 - Execução completa de todas as tubulações e passagens das instalações elétricas e hidráulico-sanitárias embutidas nas lajes a serem executadas e demais passagens necessárias.

1.2.1.8 - Execução de todos ensaios e testes solicitados pela Fiscalização e previstos nas normas técnicas da ABNT e demais pertinentes.

1.2.1.9 - Execução dos serviços diversos e outros serviços citados neste memorial e demais serviços não citados explicitamente e constantes do projeto, mas necessários à entrega das obras e serviços, de seus complementos, acabados e em perfeitas condições de utilização e funcionamento nos termos deste memorial, e objeto acima definido.

1.2.1.10 - Execução da limpeza geral das obras e serviços, de seus complementos, de seus acessos, interligações e entornos, e demais partes afetadas com a execução das obras e dos serviços e tratamento final das partes executadas. Os serviços de limpeza do terreno consistem em todas as operações de desmatamento, destocamento, retiradas de restos de raízes envoltos em solo, solos orgânicos, entulhos e varrição de outros materiais impeditivos à implantação do empreendimento. Os serviços de desmatamento, destocamento e limpeza com varrição devem preservar os elementos de composição paisagística, assinalados no projeto. Nenhum movimento de terra, caso seja necessário, deve ter início enquanto as operações de desmatamento, destocamento, e limpeza não tenham sido totalmente concluídas. É de responsabilidade da empresa contratada a manutenção e preservação dos marcos poligonais, de RRNN e de amarrações implantados até o recebimento provisório do objeto do contrato.

2 - EXECUÇÃO E CONTROLE.

2.1 - Responsabilidades.

Fica reservado a **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo **Setor de Engenharia do Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, nos projetos fornecidos, nos demais documentos técnicos, e que não seja definido em outros documentos técnicos ou contratuais, como o próprio contrato ou os projetos ou outros elementos fornecidos.

Na existência de serviços não descritos, a **CONTRATADA** somente poderá executá-los após aprovação da





PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP

52.381.720/0001-48



FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento técnico, ou normas neste ou nos demais memoriais, nos projetos, ou em outros documentos contratuais, não exige a **CONTRATADA** da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas da **ABNT** vigentes, e demais pertinentes.

Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela **CONTRATADA**, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do edital, dos projetos, das especificações técnicas, dos memoriais, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da **ABNT**, e outras normas pertinentes ou outros documentos anexos ao processo licitatório. A existência e a atuação da **FISCALIZAÇÃO** em nada diminuirá a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA** no que concerne às obras e serviços e suas implicações próximas ou remotas, sempre de conformidade com o contrato, o Código Civil e demais leis ou regulamentos vigentes e pertinentes, no Município, Estado e na União.

É da máxima importância, que o Engenheiro Residente e ou R.T. promovam um trabalho de equipe com os diferentes profissionais e fornecedores especializados, e demais envolvidos na obra, durante todas as fases de organização e construção, bem como com o pessoal de equipamento e instalação, e com usuários das obras. A coordenação deverá ser precisa, enfatizando-se a importância do planejamento e da previsão. Não serão toleradas soluções parciais ou improvisadas, ou que não atendam à melhor técnica preconizada para os serviços objeto da licitação.

Deverão ser fornecidas ao empreiteiro as cópias das partes dos memoriais e projetos referentes às obras e serviços específicos e suas implicações.

Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre os projetos, bem como os projetos específicos de cada área predominam sobre os gerais das outras áreas, os detalhes específicos predominam sobre os gerais e as cotas deverão predominar sobre as escalas, devendo o fato, de qualquer forma, ser comunicado com a devida antecedência à **FISCALIZAÇÃO**, para as providências e compatibilizações necessárias.

As cotas e dimensões sempre deverão ser conferidas "In loco", antes da execução de qualquer serviço.

As especificações, os desenhos dos projetos e os memoriais descritivos destinam-se a descrição e a execução das obras e serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

A **CONTRATADA** aceita e concorda que as obras e os serviços objeto dos documentos contratuais, deverão ser complementados em todos os detalhes ainda que cada item necessariamente envolvido não seja especificamente mencionado.

O profissional residente deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término das obras e dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a **FISCALIZAÇÃO** e os autores dos projetos.

Todos os adornos, melhoramentos, etc., indicados nos desenhos ou nos detalhes, ou parcialmente desenhados, para qualquer área ou local em particular, deverão ser considerados para áreas ou locais semelhantes a não ser que haja clara indicação ou anotação em contrário.

Igualmente, se com relação a quaisquer outras partes das obras e dos serviços apenas uma parte estiver desenhada, todo o serviço deverá estar de acordo com a parte assim detalhada e assim deverá ser considerado para continuar através de todas as áreas ou locais semelhantes, a menos que indicado ou anotado diferentemente.

O projeto básico compõe-se basicamente do conjunto de projetos: arquitetônico, cálculo estrutural em concreto armado, hidráulico, sanitário, prevenção e combate a incêndios, elétrico, telefonia e lógica, estrutura metálica da cobertura fornecidos, das especificações técnicas neles contidas, e dos memoriais descritivos específicos referentes a cada um dos projetos componentes da obra geral, e deste memorial descritivo geral.

A **CONTRATADA** deverá obrigatoriamente visitar o local das obras e serviços e inspecionar as condições gerais do edifício existente objeto da contratação, verificar as condições gerais dos acessos, construções e obras ou serviços vizinhos, as diversas instalações, caixas existentes, as obras e os serviços a executar, as alimentações e despejos das instalações, passagens, derivações, interligações, bem como verificar as cotas e demais dimensões do projeto, comparando-as com as medidas "In Loco", pois deverá constar da proposta todos os itens que não constam dos dados ou da **planilha orçamentária**, e mais as complementações e ou alterações da estrutura, os reforços, as reconstituições, os enchimentos, os revestimentos e regularizações com espessura excessiva (além das citadas nos itens à seguir), os reparos, os estuques, os tratamentos no concreto, as infra estruturas necessárias a montagem de equipamentos específicos, com quadros elétricos, cabeaços, caixa de incêndio, etc., bem como todas as outras demolições e adaptações necessárias à conclusão das obras e dos serviços, não cabendo pois após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar tais itens.

Qualquer tipo de complementação da estrutura e ou alteração, enchimento, regularização ou revestimento excessivo deverá ser previamente apresentado à **FISCALIZAÇÃO** e ao engenheiro calculista, para que seja verificado o acréscimo de peso à estrutura, os alinhamentos, níveis, prumos, etc."

Quaisquer divergências e dúvidas serão resolvidas antes do início das obras e serviços.

  /PREFEITURADECOLOMBIA

FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO

WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



2.2 - Acompanhamento.

As obras e serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela **Departamento de Obras**, através do **Setor de Engenharia** ou sucessoras, o qual será doravante, aqui designado **FISCALIZAÇÃO**.

A obra será conduzida por pessoal pertencente à **CONTRATADA**, competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente bem feitos e de acabamento esmerado, em número compatível com o ritmo da obra, para que o cronograma físico e financeiro proposto seja cumprido à risca.

A supervisão dos trabalhos, tanto da **FISCALIZAÇÃO** como da **CONTRATADA**, deverá estar sempre à cargo de profissionais, devidamente habilitados e registrados no **CREA**, com visto no Estado de São Paulo, quando for o caso, e que no caso da **CONTRATADA** deverá ser o ou os responsáveis técnicos, cujos currículos serão apresentados no ato da licitação, e no caso da **FISCALIZAÇÃO** serão indicados pela **Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**.

Caso haja necessidade de substituição de algum profissional residente ou Responsável Técnico da **CONTRATADA**, deverá ser comunicado previamente ao **Departamento de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia**, cujo curriculum também deverá ser apresentado para fins de aprovação, e que também deverá ter visto no **CREA-SP**.

O Responsável Técnico, não poderá ausentar-se da obra por mais de 48 horas, bem como nenhum serviço técnico em que sua responsabilidade técnica for exigível, do tipo concretagem de estruturas, etc., poderá ser executado sem sua supervisão.

A **CONTRATADA** não poderá executar, qualquer serviço que não seja autorizado pela **FISCALIZAÇÃO**, salvo aqueles que se caracterizem, notadamente, como de emergência e necessários ao andamento ou segurança da obra.

2.3 - Normas Técnicas Aplicáveis e Controle.

Além dos procedimentos técnicos indicados nos capítulos a seguir, terão validade contratual para todos os fins de direito, as normas editadas pela **ABNT** e demais normas pertinentes, direta e indiretamente relacionadas, com os materiais e serviços objetos do contrato de construção das obras.

A programação dos testes e ensaios deverá abranger no que couber, entre outros, os seguintes itens, e a critério da **FISCALIZAÇÃO**:

- Ensaios e testes de materiais destinados à execução de concretos e argamassas.
- Testes hidrostáticos das tubulações, de calhas e demais elementos destas instalações.
- Teste de qualidade e bom funcionamento de equipamentos e materiais hidráulicos e elétricos.
- Outros ensaios citados nos itens a seguir, ou em normas da **ABNT** e outras pertinentes.
- Demais ensaios necessários e solicitados pela **FISCALIZAÇÃO**.

No caso de obras ou serviços executados com materiais e ou equipamentos fornecidos pela **CONTRATADA**, que apresentarem defeitos na execução, estes serão refeitos às custas da mesma e com material e ou equipamento às suas expensas.

2.4 - Controle e Aceitação.

As operações de desmatamento, destocamento e limpeza e varrição, devem ser verificadas visualmente, e são aceitas se atenderem às exigências preconizadas nesta especificação e forem consideradas satisfatórias pela fiscalização.

controle geométrico é feito com trena, e ou equipamentos de medição topográfica, para verificação das larguras além do *offset*.

2.5 - Camada de Rolamento de Concreto betuminoso usinado a Quente com Espessura de Acabamento em Torno de 3,0cm e cap 50/70

2.5.1. Descrição.

1.1- Genericamente, concreto betuminoso é uma mistura do agregado mineral graduado de grão do fino, material de enchimento ("filler" mineral) e betume, realizada a quente, sem usina apropriada, de modo que o betume recubra uniformemente as partículas dos agregados. Eventualmente deverá ser usado em corretor de adesividade. Deverá a mistura ser espalhada a quente, segundo o alinhamento, perfil, seção transversal típica e dimensões indicadas no projeto, tudo de acordo com a presente instrução. **A espessura da capa asfáltica de CBUQ, após a aplicação da massa, compactação e liberação de tráfego, deve ser de no mínimo 3.00 cm ACABADA, observando às necessidades de cada trecho das Ruas e/ou Avenidas.**

A mistura do concreto betuminoso, bem como, aplicação nos trechos deverão obedecer às instruções do manual de normas do D.E.R - SP, devendo-se observar o seguinte:

- A granulometria dos agregados deve ser de acordo com as instruções do manual de normas do D.E. R - SP;
- A execução da camada de rolamento final deverá ser feita com vibro acabadora, seguida de rolagem imediata com rolos apropriados, de pneus e chapa lisa, observando-se o processo estabelecido nas instruções do Manual de Normas do D.E. R - SP.

3 - MATERIAIS E OU EQUIPAMENTOS.



3.1 - Observações Gerais.

Todos os materiais e ou equipamentos fornecidos pela **CONTRATADA**, deverão ser de Primeira Qualidade ou Qualidade Extra, entendendo-se primeira qualidade ou qualidade extra, o nível de qualidade mais elevado da linha do material e ou equipamento a ser utilizado, satisfazer as especificações da **ABNT**, do **INMETRO**, e das demais normas citadas, e ainda, serem de qualidade, modelo, marcas e tipos especificados no projeto, nos memoriais de cada projeto, neste memorial ou nas especificações gerais, e devidamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

Caso o material e ou equipamento especificado nos projetos e ou memoriais, tenham saído de linha, ou encontrarem-se obsoletos serão substituídos pelo modelo novo, desde que comprovada sua eficiência, equivalência e atendimento às condições estabelecidas nos projetos, especificações e contrato, às custas da **CONTRATADA**.

A aprovação será feita por escrito, mediante amostras apresentadas à **FISCALIZAÇÃO** antes da aquisição do material e ou equipamento.

O material e ou equipamento, etc. que, por qualquer motivo, for adquirido sem aprovação da **FISCALIZAÇÃO** deverá, dentro de 72 horas, ser retirado e substituído pela **CONTRATADA**, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**. O mesmo procedimento será adotado no caso do material e ou equipamento entregue não corresponder à amostra previamente apresentada. Ambos os casos serão definidos pela **FISCALIZAÇÃO**.

Os materiais e ou equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados, cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob a responsabilidade da **CONTRATADA**.

É vedado a utilização de materiais e ou equipamentos improvisados, danificados e ou usados, em substituição aos tecnicamente indicados para o fim a que se destinam, assim como não será tolerado adaptar peças, seja por corte ou outro processo, de modo a utilizá-las em substituição às peças recomendadas e de dimensões adequadas.

Quando houver motivos ponderáveis para a substituição de um material e ou equipamento especificado por outro, a **CONTRATADA**, em tempo hábil, apresentará, por escrito, por intermédio da **FISCALIZAÇÃO**, a proposta de substituição, instruindo-a com as razões determinadas do pedido de orçamento comparativo, de acordo com o que reza o contrato entre as partes sobre a equivalência.

O estudo e aprovação pela Universidade, dos pedidos de substituição, só serão efetuados quando cumpridas as seguintes exigências:

- Declaração de que a substituição se fará sem ônus para a **CONTRATANTE**, no caso de materiais e ou equipamentos equivalentes.
- Apresentação de provas, pelo interessado, da equivalência técnica do produto proposto ao especificado, compreendendo como peça fundamental o laudo do exame comparativo dos materiais, efetuado por laboratório tecnológico idôneo, a critério da **FISCALIZAÇÃO**.
- Indicação de marca, nome de fabricante ou tipo comercial, que se destinam a definir o tipo e o padrão de qualidade requeridos.
- A substituição do material e ou equipamento especificado, de acordo com as normas da **ABNT**, só poderá ser feita quando autorizada pela **FISCALIZAÇÃO** e nos casos previstos no contrato.
- Outros casos não previstos serão resolvidos pela **FISCALIZAÇÃO**, após satisfeitas as exigências dos motivos ponderáveis ou aprovada a possibilidade de atendê-las.

A **FISCALIZAÇÃO** deverá ter livre acesso a todos os almoxarifados de materiais, equipamentos, ferramentas, etc., para acompanhar os trabalhos e conferir marcas, modelos, especificações, prazos de validade, etc.

3.2 - EQUIPAMENTOS

Antes do início dos serviços, todo equipamento deve ser examinado e aprovado pela **FISCALIZAÇÃO** do setor de Obras da Prefeitura Municipal de Colômbia.

O equipamento básico para a execução das operações de desmatamento, destocamento e limpeza compreende as seguintes unidades:

- a) serras mecânicas portáteis;
- b) tratores de esteira com lâmina frontal;
- c) tratores de pneus com lâmina frontal;
- d) guinchos;
- e) escarificadores;
- f) pequenas ferramentas, enxadas, pás picaretas etc.;
- g) caminhões basculantes;
- h) pá carregadeira.

Os equipamentos devem ser selecionados de acordo com o tipo e densidade da vegetação a ser removida e complementada com emprego de serviços manuais.

4 - CANTEIRO DE OBRAS. (SE HOUVER NECESSIDADE)

Obedecer às normas da ABNT, NBR-12284 - Áreas de Vivência dos Canteiros de Obras - Procedimento, e demais pertinentes.



4.1 - Localização e Descrição.

O canteiro de serviços, **se necessário** poderá localizar-se-á junto às obras e serviços ou em local a ser determinado pela **FISCALIZAÇÃO** e deverá ser fornecido pela **CONTRATADA**, e todas as adaptações, que se fizerem necessárias, para o melhor andamento e execução das obras e serviços deverão ser executadas às expensas da mesma, bem como todas aquelas adaptações necessárias à Segurança do Trabalho exigidas por lei, e à segurança dos materiais, equipamentos, ferramentas, etc., a serem estocados, sendo que deverá também ser previsto espaço físico para acomodação da **FISCALIZAÇÃO**.

Deverão ser previstas às custas da **CONTRATADA**, todas as placas necessárias à obra, exigidas por lei, e ou convênios específicos.

A Contratada deverá estudar previamente o local para montagem de elevadores e ou monta cargas, canteiro de obras, etc. de modo a atender as prescrições acima.

4.2 - Segurança em geral.

Toda a área do canteiro deverá ser sinalizada, através de placas, quanto à movimentação de veículos, indicações de perigo, instalações e prevenção de acidentes.

Instalações apropriadas para combate a incêndios deverão ser previstas em todas as edificações e áreas de serviço sujeitas a incêndios, incluindo-se o canteiro de obras, almoxarifados e adjacências.

Todos os panos, estopas, trapos oleosos e outros elementos que possam ocasionar fogo deverão ser mantidos em recipiente de metal e removidos da edificação, cada noite, e sob nenhuma hipótese serão deixados acumular. Todas as precauções deverão ser tomadas para evitar combustão espontânea.

Deverá ser prevista uma equipe de segurança interna para controle e vigia das instalações, almoxarifados, portaria e disciplina interna, cabendo à **CONTRATADA** toda a responsabilidade por quaisquer desvios ou danos, furtos, decorrentes da negligência durante a execução das obras até a sua entrega definitiva.

Deverá ser obrigatória pelo pessoal da obra, a utilização de equipamentos de segurança, como botas, capacetes, cintos de segurança, óculos, máscaras e demais proteções de acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

A segurança do trabalho será fiscalizada pelo Ministério do Trabalho.

4.3 - Mobiliário e Aparelhos.

O mobiliário e aparelhos necessários ao canteiro de obra ficarão a cargo da **CONTRATADA**, exceto nos locais de uso da **FISCALIZAÇÃO**, que será às custas da **CONTRATANTE**.

5 - SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E DE MARCAÇÃO EM GERAL.

A **CONTRATADA** deverá prever a utilização de equipamentos topográficos ou outros equipamentos adequados a perfeita locação, execução da obra e ou serviços e acompanhamento, e de acordo com as locações e os níveis estabelecidos nos projetos.

Quaisquer divergências e dúvidas serão resolvidas antes do início da obra.

A **CONTRATADA** deverá aceitar as normas, métodos e processos determinados pela **FISCALIZAÇÃO**, no tocante a qualquer serviço topográfico de nivelamento, de marcações em geral e acompanhamentos relativos à obra.

Antes do início dos serviços de nivelamento, a **FISCALIZAÇÃO** indicará a **CONTRATADA** o R.N a ser considerado, com a sua respectiva cota de nível, que deverá compatibilizar-se com os pisos e obras existentes.

6 - NORMAS TÉCNICAS DA ABNT APLICÁVEIS.

As normas abaixo e ou suas sucessoras, bem como as demais não citadas neste e nos demais itens a seguir e que se referem ao objeto da obra deverão ser os parâmetros mínimos a serem obedecidos para sua perfeita execução.

Os casos não abordados serão definidos pela **FISCALIZAÇÃO**, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão e de acordo com as normas vigentes nacionais ou internacionais, e as melhores técnicas preconizadas para o assunto.

7 - MATERIAIS

O material a ser empregado na regularização do subleito deve apresentar características iguais ou superiores às especificadas em projeto para o subleito, devendo satisfazer as seguintes condições, descritas a seguir:

- a) a granulometria determinada conforme NBR 7181(1), deve ser compatível com a especificada no projeto de dimensionamento do pavimento e o diâmetro máximo das partículas deve ser de 76 mm;
- b) o CBR determinado conforme NBR 9895(2), ou Mini-CBR imerso, determinado conforme DER/SP M 192(3), deve ser igual ou superior ao considerado para o subleito no dimensionamento do pavimento, no mínimo igual ou superior a 2%,

/PREFEITURADECOLOMBIA





preferencialmente superior a 4%. A energia de compactação a ser adotada pode ser a normal ou a intermediária, dependendo do tipo de material e do especificado em projeto;

c) a expansão determinada no ensaio de CBR, de acordo com a NBR 9895(2), ou no ensaio de Mini-CBR, conforme DER/SP M 192(3), utilizando a energia especificada no projeto, deve ser igual ou inferior a 2%;

d) pertencer a um dos seguintes grupos: LA, LA', LG', NA, NA' ou NG', da classificação da metodologia MCT, conforme DER/SP M 196(4), ou ao especificado em projeto.

8 - EQUIPAMENTOS

Antes do início dos serviços, todo equipamento deve ser examinado e aprovado pela Prefeitura do Município de Colômbia. O equipamento básico para a execução da regularização do subleito compreende as seguintes unidades:

- a) caminhões basculantes;
- b) pá carregadeira;
- c) motoniveladora equipada com escarificador, com dispositivos para controle de profundidade;
- d) caminhão tanque irrigador de água, com no mínimo 6.000 litros de capacidade, equipado com moto bomba capaz de distribuir água sob pressão regulável e de forma uniforme;
- e) rolos compactadores: vibratório ou estático, de pneus lisos ou pé de carneiro, capaz de produzir a compactação e o acabamento especificado;
- f) trator agrícola com arados e grade de discos;
- g) compactador vibratório portátil ou sapos mecânicos, uso eventual;
- h) duas réguas de madeira ou metal, uma de 1,20 m e outra de 3,00 m de comprimento;
- i) pequenas ferramentas, tais com: pás, enxadadas, garfos, rastelos etc.

9 - INSTALAÇÕES.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

É de inteira responsabilidade, durante o período de execução das obras a guarda das instalações existentes para evitar roubos, danos, etc. às mesmas.

A proponente deverá verificar "in loco" todo e qualquer tipo de instalações, obras e serviços existentes e adjacentes, passagens de instalações existentes, alimentações despejos, locais de passagem das redes públicas, e de implantação das obras e serviços, e compará-las com os projetos, para que sejam incluídos na planilha de orçamento todos os itens necessários à execução final de todas as tubulações e passagens das instalações previstas no objeto acima, obras e serviços em perfeito funcionamento, inclusive execução de todas as alimentações, derivações, interligações, passagens necessárias às mesmas (mesmo que conste nos capítulos a seguir como existentes, deverão ser objeto de verificação "In Loco" e incluídas ou não na planilha), assim como desvios, refazimentos, remanejamentos, demolições, etc., alterações e complementações dos projetos fornecidos, sendo portanto de inteira responsabilidade da mesma toda a execução e fornecimento dos materiais, equipamentos e mão de obra necessários, à todas as instalações abaixo descritas, ou indicadas nas peças gráficas fornecidas, mesmo que constem apenas da arquitetura ou dos memoriais ou de alguma peça gráfica fornecida ou do Edital, cabendo neste caso à CONTRATADA a elaboração dos respectivos projetos executivos definitivos, e o levantamento "as built" após a execução final.

Algumas recomendações abaixo, pontos em instalações específicas, equipamentos, necessários à obra, mesmo que não conste dos projetos fornecidos, sendo especificidades deste tipo de obra deverão ser executadas às custas da CONTRATADA.

Algum tipo de instalação constante abaixo ou no projeto arquitetônico, e cujo projeto complementar não contemple deverá ser executada pela CONTRATADA e com projeto às suas expensas, obedecendo-se sempre às recomendações do item 1.1 - Observações Gerais, acima descrito.

Em todas as instalações, os materiais que não foram contempladas neste memorial ou nos projetos deverão ser indicadas pela FISCALIZAÇÃO, sempre levando-se em conta o item Observações sobre Materiais e ou Equipamentos.

Todas as tubulações e conexões deverão ser montadas, de modo que a marca fique visível para inspeção da FISCALIZAÇÃO.

Os detalhes de locação e posição dos quadros elétricos deverão ser executados conforme detalhe específico constante do projeto elétrico, ou definição da FISCALIZAÇÃO.

Deverão ser feitos enchimentos previstos ou não nos projetos, em alvenarias, pisos, estruturas, tetos, etc., para embutir instalações e quadros diversos, quando não indicados como aparentes nos respectivos projetos.

Todas as tubulações e passagens instalações deverão estar de acordo com os requisitos da ABNT, materiais aprovados pela ABNT, INMETRO e CPFL, e deverão ser executadas de acordo com o desenho fornecido e padrões aprovados pela CPFL e demais concessionárias de serviço público. Todos os equipamentos e materiais danificados durante o manuseio ou montagem, deverão ser substituídos ou reparados às expensas da CONTRATADA e à satisfação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



FISCALIZAÇÃO.

As discrepâncias porventura existentes entre os projetos, os memoriais e as especificações deverão ser apresentados antecipadamente à **FISCALIZAÇÃO**, antes de sua execução, para decisão.

Nenhum circuito deverá ser energizado após a montagem na obra sem autorização da **FISCALIZAÇÃO**.

A **FISCALIZAÇÃO** ou seus prepostos poderão inspecionar e verificar qualquer trabalho de construção e montagem, a qualquer tempo e, para isso, deverão ter livre acesso ao local dos trabalhos.

Deverão ser fornecidos todos os meios necessários a tais inspeções, bem como para a execução de ensaios e coleta de informações relacionadas com o serviço.

9.2 - Instalações hidráulicas e pluviais.

Deverão ser executadas todas as passagens, e respeitadas as inclinações normalizadas para o devido encaminhamento de águas pluviais, e acessórios, onde houver necessidade, determinada pela fiscalização da contratante.

Serão executados dispersores, conforme descritos no projeto, onde os volumes de concreto estão contidos nas planilhas, e as tampas dos dispersores serão armadas

10 - SERVIÇOS DIVERSOS.

10.1 - Demolições

Será feita a demolição de concreto dos passeios, e posteriores execução de novos passeios, quando e se houver, e for constatada a necessidade.

11 - PASSEIOS.

11.1- Calçadas concreto

A execução de calçadas, das Ruas, em questão, será executada, através de licitações, nos trechos, onde houver necessidade

11.2- EXECUÇÃO DE GUIA E SARJETA PRÉ-MOLDADA (caso haja necessidade)

A execução de Guias e Sarjetas, das Ruas, em questão, serão executadas, através de licitações, nos trechos, onde houver necessidade, em tempo hábil e anterior a execução do recapeamento

12 - REPAROS E LIMPEZA GERAL DA OBRA.

Após a conclusão das obras e serviços seus acessos e complementos e também durante sua execução, deverão ser reparados, repintados, reconstruídos ou repostos itens, materiais, equipamentos, etc., sem ônus para a Universidade, danificados por culpa da **CONTRATADA**, danos estes eventualmente causados às obras ou serviços existentes, vizinhos ou trabalhos adjacentes, ou a itens já executados da própria obra.

12.1 - Remoção do Canteiro. (se houver necessidade de implantação)

Terminada esta etapa da obra, a **CONTRATADA** deverá providenciar a retirada das instalações do canteiro de obras e serviços, pois haverá contratação de outra etapa, mas deverá promover a limpeza geral das obras e serviços, e de seus complementos, se caso houver a implantação do canteiro, caso não haja a implantação, descartar esse item.

12.2 - Limpeza.

12.2.1 - Limpeza Preventiva.

A **CONTRATADA** deverá proceder periodicamente à limpeza da obra e de seus complementos removendo os entulhos resultantes, tanto do interior da mesma, como no canteiro de obras e serviços e adjacências provocados com a execução da obra, para bota fora apropriado, sem causar poeiras e ou transtornos ao funcionamento dos edifícios e salas adjacentes ou do próprio campus universitário.

12.2.2 - Limpeza Final.

Deverão ser previamente retirados todos os detritos e restos de materiais de todas as partes da obra e de seus complementos, que serão removidos para o bota fora apropriado.

Em seguida será feita uma varredura geral da obra.

VERIFICAÇÃO FINAL

Será procedida cuidadosa verificação, por parte da **FISCALIZAÇÃO**, das perfeitas condições

/PREFEITURADECOLOMBIA

FONE: (17) 3335-8500 | RUA ANTÔNIO PRADO, 1161 - CENTRO
WWW.COLOMBIA.SP.GOV.BR



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA-SP
52.381.720/0001-48



de funcionamento e segurança de todas as instalações de água, esgotos, águas pluviais, equipamentos diversos, ferragens, etc.

Sendo garantida e reparada pela contratada todos os problemas observados pela fiscalização.

Colômbia, 04 de Fevereiro de 2.026.

Atenciosamente

ALBERTO WAGNER
THOME:13866399820

Assinado de forma digital por ALBERTO
WAGNER THOME:13866399820
Dados: 2026.02.04 08:52:37 -03'00'

ALBERTO WAGNER THOMÉ
Engenheiro Civil – Departamento de Engenharia
Prefeitura Municipal de Colômbia



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1088215-74	Nº TransfereGOV 945121	PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA	APELIDO DO EMPREENDIMENTO RECAPEAMENTO DAS RUAS: JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO			
LOCALIDADE SINAPI SAO PAULO	DATA BASE 12-25 (N DES.)	DESCRIÇÃO DO LOTE RECAPEAMENTO DAS RUAS: JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO	MUNICÍPIO / UF COLÔMBIA S/P	BDI 1 20,73%	BDI 2 0,00%	BDI 3 0,00%

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
RECAPEAMENTO DAS RUAS: JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO									109.216,42	
1.			RECAPEAMENTO ASFÁLTICO					-	109.216,42	
1.1.			PLACA DA OBRA					-	1.634,49	
1.1.1.	SINAPI	103689	MENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/20222_PS	M2	2,88	470,08	BDI 1	567,53	1.634,49	RA
1.2.			CAPA DA PISTA DE ROLAMENTO					-	107.581,93	
1.2.1.	SINAPI	PINLING	EXECUÇÃO DE PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA RR-1C, INCLUSO VARRIÇÃO	M2	1.791,21	2,70	BDI 1	3,26	5.839,34	RA
1.2.2.	SINAPI	100986	CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 10M³ (UNIDADE:M³). AF_07/2020	M3	53,73	9,44	BDI 1	11,40	612,52	RA
1.2.3.	SINAPI	95875	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M³XKM). Af_07/2020	M3XKM	1.611,90	2,57	BDI 1	3,10	4.996,89	RA
1.2.4.	SINAPI	93590	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M³XKM). Af_07/2020	M3XKM	2.310,39	1,02	BDI 1	1,23	2.841,78	RA
1.2.5.	SINAPI	95995	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019	M3	53,73	1.438,17	BDI 1	1.736,30	93.291,40	RA

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.

Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

COLÔMBIA S/P
Local
quarta-feira, 31 de março de 2026
Data

ALBERTO WAGNER
THOME:13866399820

Responsável Técnico
Nome: ALBERTO WAGNER THOMÉ
CREA/CAU: 060.188.140-5
ART/RRT: 2620251444014

Assinado de forma digital por ALBERTO WAGNER
THOME:13866399820
Dados: 2026.03.31 09:15:30 -03'00'



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

Nº OPERAÇÃO 1088215-74	Nº TGOV 945121	PROPOSTANTE TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA	APELIDO EMPREENDIMENTO RECAPEAMENTO DAS RUAS: JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO	DESCRIÇÃO DO LOTE RECAPEAMENTO DAS RUAS: JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO
---------------------------	-------------------	---	--	---

CRONOGRAMA DEVE SER PREENCHIDO POR
EVENTOS

Item	Descrição	Valor (R\$)	Parcelas:	1 08/25	2 09/25	3 10/25	4 11/25	5 12/25	6 01/26	7 02/26	8 03/26	9 04/26	10 05/26	11 06/26	12 07/26
1.	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO	109.216,42	% Período:												
1.1.	PLACA DA OBRA	1.634,49	% Período:												
1.2.	CAPA DA PISTA DE ROLAMENTO	107.581,93	% Período:												
Total: R\$ 109.216,42				%:	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Período:	Repasso:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Contrapartida:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Investimento:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acumulado:	%:	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Repasso:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Contrapartida:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Outros:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Investimento:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração Local:															

COLÔMBIA S/P

Local

quarta-feira, 4 de fevereiro de 2026

Data

ALBERTO WAGNER
THOME:13866399820

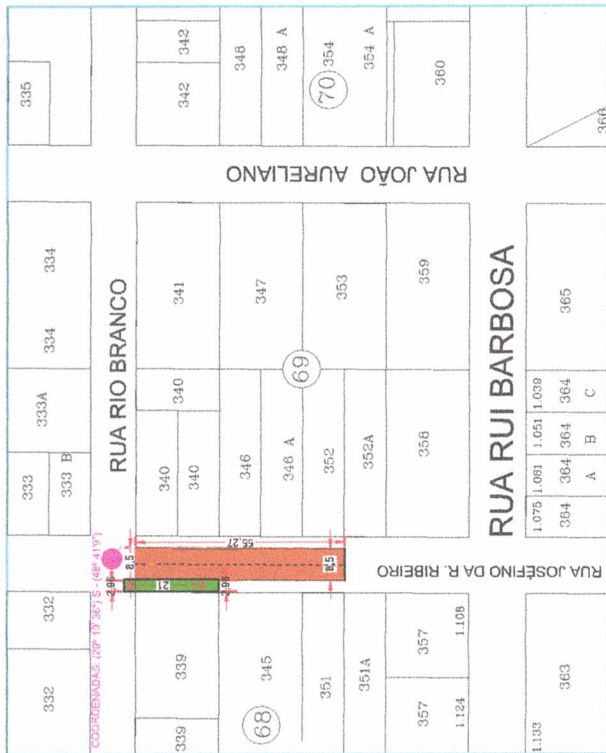
Assinado de forma digital por ALBERTO
WAGNER THOME:13866399820
Dados: 2026.02.04 08:53:09 -03'00'

Responsável Técnico

Nome: ALBERTO WAGNER THOMÉ
CREA/CAU: 060.188.140-5
ART/RRT: 2620251444014

ÁREA TOTAL DO TRECHO 1 A LICITAR: 1.791,29M²

TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA = 468,80M² (55,27X8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA GOIÁS = 888,62M² (119,72X8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO = 422,79M² (49,78X8,50M)



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS RUAS A SEREM RECAPEADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

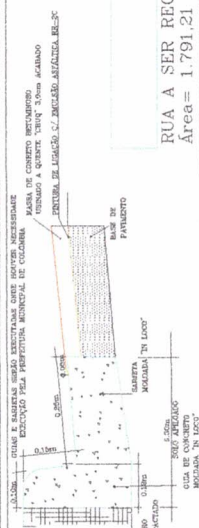
TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA ANTONIO PRADO
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO

ÁREA TOTAL DO TRECHO A LICITAR: 1.791,21M²

ÁREA CALCULADAS POR PROGRAMA DE SOFTWARE

ART.: XXXXXXXXXX

PERFIL DA RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO



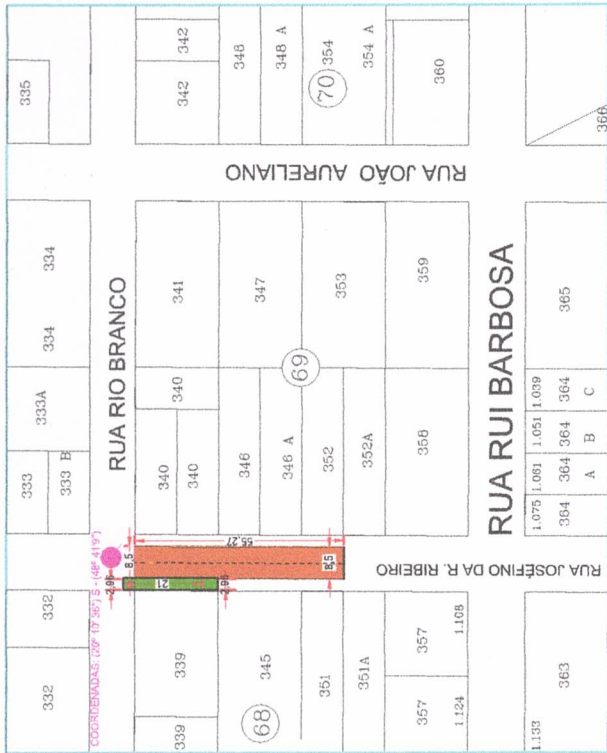
ALBERTO WAGNER
THOMÉ: 3866399820

Atestado de firma digital por ALBERTO
WAGNER THOMÉ: 3866399820
Data: 2025-02-04 08:52:09 -03'00'

JULIO CESAR DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

ÁREA TOTAL DO TRECHO 1 A LICITAR: 1.791,29M²

TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA = 449,80M² (55,27x8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA GOIÁS = 886,62M² (105,22x8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO = 454,79M² (46,74x8,50M)



MUNICÍPIO DE COLÔMBIA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 02.381.720/000148



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS RUAS A SEREM RECAPEADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA ANTONIO PRADO
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO

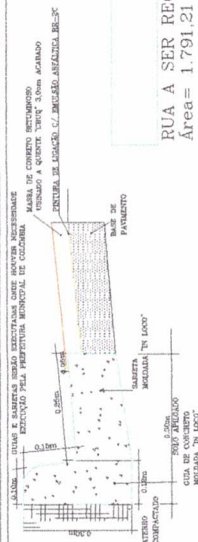
ÁREAS A SEREM RECAPEADAS DOS TRECHOS DESCRITOS = 1.791,21 M²
TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA = 449,80M² (55,27x8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA GOIÁS = 886,62M² (105,22x8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO = 454,79M² (46,74x8,50M)

ÁREA TOTAL DO TRECHO A LICITAR: 1.791,21M²

ÁREA CALCULADAS POR PROGRAMA DE SOFTWARE

ART.: XXXXXXXXXX

PERFIL DA RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO



RUA A SER RECAPEADA
Área = 1.791,21 m²

ALBERTO WAGNER
THOME: 13866399820
Atividade de forma digital por ALBERTO
WAGNER THOME: 13866399820
Data: 2025.02.04 08:32:00 -03'00"

ALBERTO WAGNER THOME
RESPONSÁVEL TÉCNICO
ENGENHEIRO CIVIL - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
CREA: 060188140-5

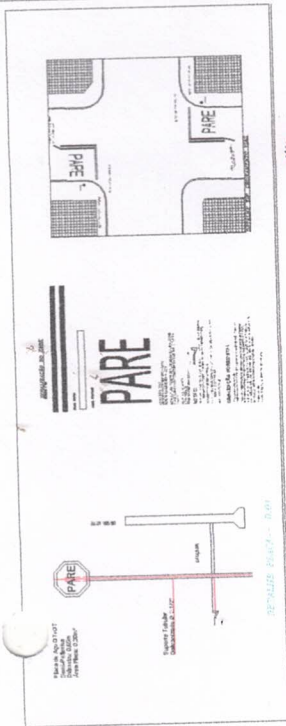
JULIO CESAR DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

COLÔMBIA, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

ESCALA DE PLANTAS: 1:100

ÁREA TOTAL DO TRECHO 1 À LICITAR: 1.791,29M²

TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA = 469,80M² (65,27X8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA GOIÁS = 486,82M² (74,65 X 6,52M)
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO = 422,79M² (64,74 X 6,52M)



MUNICÍPIO DE COLÔMBIA
ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 52.381.720/0001-48



PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DAS RUAS A SEREM RECAPEADAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

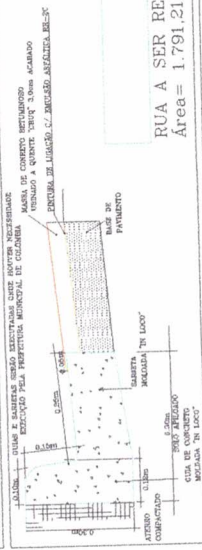
TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA ANTONIO PRADO
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO

ÁREAS A SEREM RECAPEADAS DOS TRECHOS DESCRITOS = 1.791,21 M²
TRECHO A LICITAR: RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO ENTRE A RUA RIO BRANCO E RUA RUI BARBOSA = 469,80M² (65,27X8,50M)
TRECHO A LICITAR: RUA WENCESLAU BRÁS ENTRE A RUA TIRADENTES E RUA GOIÁS = 486,82M² (74,65 X 6,52M)
TRECHO A LICITAR: RUA TIRADENTES ENTRE A RUA WENCESLAU BRÁS E RUA ANTONIO PRADO = 422,79M² (64,74 X 6,52M)

ÁREA TOTAL DO TRECHO A LICITAR: 1.791,21M²
ÁREA CALCULADAS POR PROGRAMA DE SOFTWARE

ART.: XXXXXXXXXX

PERFIL DA RUA JOSEFINO DA ROCHA RIBEIRO



ALBERTO WAGNER
THOME: 3866399820

ALBERTO WAGNER THOME
RESPONSÁVEL TÉCNICO
ENGENHEIRO CIVIL - PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA
CREA: 0601881405

JULIO CESAR DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL DE COLÔMBIA
PROPRIETÁRIO

COLÔMBIA, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

ESCALA DE PLANTAS: 1:100



PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÔMBIA

Departamento de Licitação e Contratos

ANEXO VI

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO

À

Prefeitura Municipal de Colômbia/SP

Comissão de Licitação

Prezado Senhores,

Nosso preço global para a execução das obras de Recapeamento Asfáltico em diversas vias do Município de Colômbia/SP é de R\$ _____ (_____), decomposto conforme planilha de quantitativos e preços unitários anexa, e será executada inteiramente de conformidade com as especificações constantes do ato convocatório e seus anexos, referentes à CONCORRÊNCIA nº xx/2026,

relacionada ao Processo de Licitação nº xx/2026.

DECLARAÇÕES

1. Declaramos que entregaremos a obra pronta e acabada dentro do prazo estipulado no respectivo edital e seus anexos.
2. Declaramos que estamos de acordo com os itens referentes ao cronograma-físico financeiro, prazos, medições e pagamentos parciais.
3. Declaramos que o preço unitário e o preço global da proposta compreendem todas as despesas relativas à completa execução dos serviços projetados e especificados, incluso o fornecimento de todo o material e mão-de-obra necessária, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, equipamentos, ferramentas, assistência técnica, administração, benefícios e licenças inerentes.
4. Declaramos que o prazo de validade para a nossa proposta é de 60 (sessenta) dias.

Local e data.

.....
(identificação e assinatura do representante legal)

ANEXO VII MODELOS DE DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob Nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para todos os efeitos legais, referente ao processo de licitação de CONCORRÊNCIA Nº XXX/XXXX, realizada pela Prefeitura Municipal de Colômbia, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e tem plena aceitação das regras e das condições gerais da contratação (art. 67, VI, da Lei 14.133/21);
2. Não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal).
3. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Estadual/Municipal exercendo funções de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso IV, do art. 14º da Lei 14.133/2021);
4. Não está impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta (inciso III, do art. 14 da Lei 14.133/2021);
5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (inciso IV, do art. 63, da Lei 14.133/21);
6. Que cumpre as condições de habilitação e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
7. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades do Município de Colômbia/SP.

_____, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura do responsável) Carimbo CNPJ

**ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA,
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

Prezado (as) Senhores (as):

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr. (a.) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____.

DECLARA que está regularmente enquadrada na categoria:

() MICROEMPRESA (ME), nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), nos termos do §1º, art. 18-A da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP), nos termos do inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

A LICITANTE declara sua ciência de que perderá o direito ao tratamento jurídico diferenciado previsto na

Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 caso incorra em quaisquer situações previstas no § 4º do art. 3º da referida Lei, assim como, por qualquer motivo, deixe de se enquadrar na categoria declarada.

Colômbia/SP _____ de _____ de 2026

[LICITANTE]

[assinatura do(s) representante(s) legal(is)]

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISITA TÉCNICA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr (a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para efeito legais, que tem conhecimento de todas as condições referente a CONCORRÊNCIA Nº XXX/XXXX, realizada pela Prefeitura Municipal de Colômbia, e que faz a opção de se abster da visita, não cabendo posteriormente nenhum questionamento contra a contratante em razão disto, nem tão pouco eximir-se de qualquer obrigação assumida ou revisão dos termos do contrato que vier firmar.

Colômbia/SP _____ de _____ de 2026

(Assinatura do responsável) Carimbo CNPJ

ANEXO X - MINUTA CONTRATUAL

O Município de Colômbia, por intermédio do(a) _____ (órgão contratante), com sede no(a) _____, na cidade de _____ /Estado _____, inscrito(a) no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado(a) pelo(a) _____ (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de 20____, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) _____, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº _____, sediado(a) na _____, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por _____ (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais

legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica a nº XX/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de uma empresa especializada para Recapeamento de Vias Públicas, nas Ruas Josefino da Rocha Ribeiro, Tiradentes e Wenceslau Brás, de um Convênio do Governo Federal - SINCONVI Nº CR 945-121 - Operação 1088215-74, do Ministério do Desenvolvimento Regional nesta cidade de Colômbia/SP.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência / Memorial Descritivo;

1.2.2. O Edital da Licitação e seus Anexos;

1.2.3. A Proposta do Contratado;

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Ordem de Serviços, a qual deverá ser emitida em até 30 (trinta) dias após a assinatura deste instrumento, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado a critério da Administração, nos termos do art. 111 da mesma Lei.

2.2. A prorrogação fica condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, observados os seguintes requisitos:

a) Relatório que comprove a execução regular dos serviços;

b) Justificativa escrita do interesse em manter a contratação;

c) Manifestação expressa do Contratado pelo interesse na prorrogação;

d) Comprovação de manutenção das condições de habilitação.

2.3. O Contratado não possui direito subjetivo à prorrogação.

2.4. A prorrogação será formalizada por Termo Aditivo.

2.5. Nas prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados deverão ser reduzidos ou eliminados.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado se o Contratado tiver sido penalizado com declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, bem como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Memorial Descritivo e demais anexos do Edital.

3.2. O recebimento provisório ocorrerá em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação escrita do Contratado sobre a conclusão dos serviços, nos termos do art. 140, I, da Lei nº 14.133/2021.

3.3. O recebimento definitivo ocorrerá em até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

3.4. A medição dos serviços executados será realizada mensalmente, sempre que compatível com o regime de execução, conforme art. 92, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor global da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, BDI, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral.

5.3. O valor foi estimado com base no orçamento da Administração (data-base: dezembro/2025 – SINAPI), sendo os pagamentos calculados conforme os quantitativos efetivamente executados e medidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será realizado de acordo com as medições mensais dos serviços executados, conforme Cronograma Físico-Financeiro, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados da apresentação da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato (art. 141 da Lei nº 14.133/2021).

6.2. Para liberação dos pagamentos, o Contratado deverá apresentar:

a) Nota Fiscal Eletrônica com discriminação dos serviços executados, dados bancários e nº do empenho;

b) Relatório e memória de cálculo das medições aprovadas pelo Fiscal;

c) Comprovantes de recolhimento do FGTS, INSS e demais encargos trabalhistas do período;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e demais certidões de regularidade fiscal.

6.3. Antes de cada pagamento, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação do Contratado.

6.4. O Município de Colômbia efetuará as retenções fiscais previstas em lei, e suas alterações.

6.5. Em caso de devolução da nota fiscal para correção, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação.

6.6. É vedado o pagamento a empresa que tenha em seu quadro societário servidor público ativo do órgão contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS (art. 92, V e VI)

7.1. Os preços contratados poderão ser reajustados após decorridos 12 (doze) meses da data-base do orçamento de referência (dezembro/2025 – SINAPI), com base na variação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vedada a inclusão de antecipação inflacionária.

7.2. O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado antes do encerramento do prazo de vigência contratual, sob pena de renúncia ao direito.

7.3. É vedada a concessão de reajuste em prazo inferior a 12 (doze) meses, salvo nas hipóteses de reequilíbrio econômico-financeiro (art. 92, §4º, da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidor designado;
- e) Efetuar o pagamento no prazo, forma e condições estabelecidos;
- f) Aplicar as sanções previstas em lei e neste Contrato;
- g) Decidir sobre todas as solicitações e reclamações em até 30 (trinta) dias do protocolo, admitida prorrogação motivada por igual período (art. 7, 11 e art. 92 da Lei nº 14.133/2021);
- h) Responder pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- i) Não praticar atos de ingerência na administração do Contratado (art. 48 da Lei nº 14.133/2021).

8.2. A Administração não responderá por compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, nem por danos causados a terceiros por atos do Contratado.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas da boa execução, e ainda:

- a) Manter preposto aceito pela Administração no local da obra;
- b) Atender às determinações do Fiscal do Contrato e prestar todos os esclarecimentos solicitados;
- c) Alocar empregados necessários, com habilitação adequada, fornecendo materiais, equipamentos e utensílios em quantidade e qualidade adequadas;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, os serviços com vícios ou defeitos;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução (art. 140, §6º, da Lei nº 14.133/2021);
- f) Comunicar ao Fiscal, em até 24 horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente;
- g) Não contratar cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau de dirigente do Contratante ou de agente público envolvido na licitação (art. 48, parágrafo único);
- h) Não empregar menor de 16 anos, exceto aprendiz a partir de 14 anos, nem menor de 18 em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação;
- j) Cumprir a reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitados (art. 116);
- k) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do contrato;
- l) Conduzir os trabalhos com observância às normas de segurança, higiene e legislação pertinente, mantendo limpo o local;
- m) Submeter previamente ao Contratante, por escrito, quaisquer mudanças nos métodos executivos;
- n) Disponibilizar empregados uniformizados, identificados por crachá e providos de EPI;
- o) Registrar ART – Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA, antes do início dos serviços, conforme Lei nº 6.496/1977;
- p) Cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental (art. 11, IV, da Lei nº 14.133/2021);
- q) Adotar o Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil – PGRCC (Resolução CONAMA nº 307/2002);
- r) Executar o contrato fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas e a Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD (Lei nº 13.709/2018)

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709/2018 (LGPD) quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou deste contrato.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso, vedado o compartilhamento com terceiros fora das hipóteses legais.

10.3. Terminado o tratamento dos dados (art. 15 da LGPD), é dever do Contratado eliminá-los, salvo nas hipóteses do art. 16 da LGPD.

10.4. O Contratado deverá orientar e treinar seus empregados sobre os deveres da LGPD, comunicando ao Contratante, em até 24 horas, qualquer incidente de segurança com dados pessoais.

10.5. Os bancos de dados formados a partir deste contrato devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável (LGPD, art. 37).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa o licitante e/ou a Contratada que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato descrita na alínea a) do item 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b), c), d) e g) do item 11.1 deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas e), f), h), i), j), l) e m) do item 11.1 deste Contrato, bem como nas alíneas b), c) e d), quando justificarem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021);
- d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do ajuste pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no Edital, sem prejuízo das demais cominações previstas em lei;
- e) Multa moratória, imposta à Contratada que executar o serviço contratado de forma integral, porém com atraso injustificado em relação ao prazo fixado no contrato, nos seguintes percentuais:
 - I – 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, pelo 1º (primeiro) dia de atraso;
 - II – 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, do 2º (segundo) até o 30º (trigésimo) dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto;
 - III – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, calculado sobre o valor do contrato executado em desconformidade com o prazo previsto;
 - IV – Após o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a unidade gestora do contrato deverá notificar o contratado e, considerando as eventuais justificativas apresentadas, avaliar em manifestação fundamentada se persiste o interesse em manter a contratação ou se é mais vantajoso rescindi-la;
 - V – 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir preceito normativo ou as obrigações assumidas (Decreto Municipal nº 2.236/2024).

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133/2021);
- b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);
- c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e art. 96 da Lei nº 14.133/2021)

12.1. O Contratado deverá apresentar garantia de execução correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do instrumento (art. 96, §1º, da Lei nº 14.133/2021 c/c item 14.1 do Edital), em uma das modalidades:

I – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

II – Seguro-garantia;

III – Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil.

12.2. A não prestação de garantia no prazo fixado sujeitará o Contratado às sanções previstas neste Contrato, podendo ensejar a rescisão contratual.

12.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante toda a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após o término, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. No caso de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil.

12.5. A garantia em dinheiro deverá ser depositada em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.6. A garantia assegurará o pagamento de: prejuízos advindos do não cumprimento do objeto; multas moratórias e punitivas; e obrigações trabalhistas e previdenciárias não adimplidas (art. 96, §2º).

12.7. Em caso de alteração do valor contratual ou prorrogação da vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada nos mesmos parâmetros, no prazo de 10 (dez) dias (art. 96, §4º).

12.8. A garantia será liberada após o Termo de Recebimento Definitivo, deduzidos eventuais valores de multas e indenizações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente do cumprimento das obrigações pelas partes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, mediante notificação ao Contratado com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações por motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa (arts. 138 e 139).

13.4. O não pagamento de salários, verbas trabalhistas ou o não recolhimento de contribuições ao FGTS e Previdência poderá dar ensejo à extinção unilateral do contrato, sendo facultado ao Contratante prazo para regularização quando não identificada má-fé.

13.5. Quando da extinção, o fiscal verificará o pagamento das verbas rescisórias pelo Contratado ou a realocação dos empregados, podendo reter os valores das notas fiscais até a regularização, por até 15 (quinze) dias, após os quais poderá efetuar o pagamento diretamente aos trabalhadores (art. 121, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso o Contratado mantenha vínculo com dirigente do Contratante ou agente público envolvido na licitação (art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021).

13.7. A extinção do contrato não impede o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por termo indenizatório (art. 131 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS (arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021)

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

14.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As alterações serão formalizadas por Termo Aditivo, submetido à prévia aprovação jurídica, salvo nos casos de urgência justificada, em que a formalização deve ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

14.4. Registros que não caracterizam alteração contratual podem ser realizados por simples apostila (art. 136 da Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ficha nº 557 – Órgão/Unidade: 02.011 – Obras e Serviços Municipais – Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações;

Ficha nº 559 – Órgão/Unidade: 02.011 – Obras e Serviços Municipais – Natureza da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e os princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO (art. 94 da Lei nº 14.133/2021)

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma do art. 94 da Lei nº 14.133/2021, bem como no sítio oficial do Município (www.colombia.sp.gov.br/licitacao) e no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Barretos para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Colômbia/SP, xx de xxxxxxx de 2026.

MUNICÍPIO DE COLOMBIA - PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

CONTRATADA

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Contratos ou Atos Jurídicos Análogos

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colombia/SP. CONTRATADA: CONTRATO Nº (DE ORIGEM) :

OBJETO: XX

Advogado(s): (*)

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando -se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damos -nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber. Colombia SP,..... 2026.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE

Nome:

Cargo:

CPF:

e-mail:

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome:

Cargo:

CPF:

e-mail

Pela contratada:

Nome:

Cargo:

CPF:

e-mail:

RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME E ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome:

Cargo:

CPF:

e-mail:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.